



www.bariri.sp.gov.br

Município de Bariri

= PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 04/2017=
de 22 de junho de 2017.

Altera a redação do § 1º, do artigo 2º, e o artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 89, de 16 de dezembro de 2014.

Art. 1º O § 1º, do artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 89, de 16 de dezembro de 2014, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º

§ 1º A CIP será cobrada pelo Poder Executivo através de lançamento nos carnês de IPTU, anualmente, ou será lançada mensalmente na conta de energia elétrica dos imóveis."

Art. 2º O artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 89, de 16 de dezembro de 2014, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º Fica atribuída responsabilidade tributária à empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, para arrecadação da CIP junto a seus consumidores que deverá ser lançada para pagamento juntamente na fatura de consumo mensal de energia elétrica, sendo o valor integral do tributo depositado na conta do Tesouro Municipal especialmente designada para tal fim, nos termos abaixo.

§ 1º Compete à Diretoria dos Serviços de Finanças a administração e fiscalização da contribuição que trata esta Lei.

§ 2º A forma e a periodicidade do lançamento da CIP serão definidos em decreto do Poder Executivo.

§ 3º A falta de cobrança, a falta de repasse ou o repasse a menor da Contribuição pelo responsável tributário, nos prazos previstos em regulamento, e desde que não iniciado o procedimento fiscal, implicará na incidência de multa e juros de mora, bem como correção monetária sobre o valor não repassado.

I - O valor arrecadado pela CIP deverá ser depositado em conta específica, indicada pelo Poder Executivo, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da arrecadação.

II - Os acréscimos a que se refere o § 3º deste artigo serão calculados a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o repasse da Contribuição até o dia em que ocorrer o efetivo repasse.

§ 4º A concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica não responderá pelo pagamento em lugar do contribuinte inadimplente com o tributo.

§ 5º A cobrança dos valores anuais referentes aos imóveis não edificadas seguirão o cronograma de arrecadação lançado ao IPTU.

§ 6º A cobrança judicial da inadimplência será realizada exclusivamente pelo Município."

Art. 3º Mantém-se, no mais, os demais dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 89, de 16 de dezembro de 2014.

Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Bariri, 22 de junho de 2017.

PAULO HENRIQUE BARROS DE ARAUJO
Prefeito Municipal

UNIA

DISCUSSÃO/VOTAÇÃO	0000
APROVADO	<input checked="" type="checkbox"/>
REJEITADO	<input type="checkbox"/>
UNANIMIDADE	<input checked="" type="checkbox"/>
MAIORIA	<input type="checkbox"/>
FAVORÁVEIS	<input type="checkbox"/>
CONTRA	<input type="checkbox"/>
SALA SESSÕES	21/06/17
PRESIDENTE	



www.bariri.sp.gov.br

Município de Bariri

OBJETO DELIBERAÇÃO

Às Comissões e

Finanças e Orçamento

SALA SESSÕES

03/07/2017

Bariri, 22 de junho de 2017.

MENSAGEM

Nº 066/2017

(PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR)

PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Faço uso da presente mensagem, para encaminhar a Vossa Excelência e nobres Edis, o incluso Projeto de Lei Complementar nº 04/2017, para a devida apreciação e aprovação, se este for o entendimento.

O presente projeto de lei complementar trata da definição de competência tributária de arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública (CIP) passando a mesma a ser responsabilidade da Concessionária de Energia Elétrica.

Atualmente, somente nos cinco primeiros meses do exercício corrente, foram cobrados de taxa de administração pela CPFL o montante de R\$ 13.363,32. E segundo estimativas do setor de planejamento, até o final do exercício serão cobrados outros R\$ 43.128,12 pela Concessionária de Energia Elétrica. Com a aprovação do referido Projeto de Lei Complementar, o município passaria a ter economia aproximada de R\$ 60.000,00 ao ano. Recurso este que poderia ser destinado a investimentos para melhoria e expansão da rede de iluminação pública municipal.

Contando com a aprovação da matéria, invocamos o disposto no artigo 43 da Lei Orgânica Municipal.

Aproveitando do ensejo, reitero a Vossa Excelência e aos Nobres e Ilustres Vereadores, os meus protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Paulo Henrique Barros de Araújo

PAULO HENRIQUE BARROS DE ARAUJO

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
VAGNER MATEUS FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Bariri.
BARIRI/SP

